

LEI N°. 499 DE 27 DE 06 DE 2008

Estabelece normas para a contratação de pessoal por tempo determinado e altera o anexo I da Lei Municipal nº. 453/2005 e dá outras providencias.

1

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAUÁ, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art.37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

- Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Municipal poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, de acordo com Anexo I.
 - Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:
- I Atender a termos de convênios, acordo ou ajuste para a execução de serviços, durante o período de vigência do convenio, acordo ou ajuste;
- II Execução de programas especiais de trabalho instituídos por Decreto do Prefeito para atender necessidades conjunturais que demandem a atuação da Prefeitura;
- III Atender a área de Saúde de Município, especialmente aos Programas com participação do Governo Federal;
 - IV Assistência a situações de calamidade pública;
 - V Combate a surtos endêmicos:
 - VI Atendimento especial aos alunos da rede municipal de ensino básico.

Parágrafo único – Não se instituirá programa especial de trabalho que se inclua na área de competência dos órgãos existentes na estrutura administrativa da Prefeitura, ressalvados os casos de emergências ou calamidade pública.

- Art. 3° As contratações com base nesta lei serão feitas na forma prevista do Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943 e suas alterações (Consolidação das Leis do Trabalho CLT).
- Art. 4º O salário do pessoal contratado no regime instituído por esta Lei, está fixado através do anexo I parte integrante desta Lei, o qual incidirão média dos reajustes pagos aos servidores da Administração Direta do Município de Arauá.

Parágrafo único - Na contratação de pessoal para cumprir jornada de trabalho diversa do pessoal da Prefeitura, os salários serão aumentados ou reduzidos na mesma proporção.



- Art. 5° As contratações serão feitas por tempo determinado e prorrogável pelo mesmo período, desde que o prazo total não ultrapasse quatro anos, observados os seguintes prazos máximos;
 - I Vigência dos convênios e dos programas instituídos nos incisos I e II;
 - II Seis meses, nos casos dos incisos III, IV, V e VI.
- Art. 6º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária especifica e mediante previa autorização do Prefeito Municipal.
- Art. 7º Aos servidores da Prefeitura que venham participar do programa, será concedido a titulo de complementação salarial, o valor correspondente até o limite autorizado por esta Lei, constante no anexo I.
 - Art. 8º Esta terá seus efeitos retroagidos a 01 de 01 de 2007.
 - Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de ARAUA, 27 de junho de 2008

JOSÉ RANULFO DOS SANTOS Prefeito Municipal

JOSÉ CARNES MONTEIRO DE FARIAS Séc. de Administração



ANEXO I

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR
30	MONITOR PETI I	40 HORAS	
		SEMANAIS	380,00
		20 HORAS	220,00
		SEMANAIS	·
04	MONITOR PETI II	40 HORAS	380,00
	(ARTES, CULTURA	SEMANAIS	
	E ESPORTE)		
02	MONITOR III	40 HORAS	750,00
	(NÍVEL SUPERIOR)	SEMANAIS	
02	COORDENADOR	20 HORAS	750,00
	PEDAGÓGICO DO	SEMANAIS	
	PETI		
01	SUPERVISOR DO	40 HORAS	420,00
	PETI	SEMANAIS	
02	PSICÓLOGO	20 HORAS	750,00
		SEMANAIS	

Arauá, 27 de junho de 2008.

JOSÉ RANULFO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JOSÉ CARITO MONTEIRO DE FARIAS Séc. de Administração